

Desclassificação e Linguística Decolonial: instrumentos e territórios possíveis contra a colonialidade informacional

Marco Donizete Paulino da Silva
Luciana de Souza Gracioso

Como citar: SILVA, Marco Donizete Paulino da; GRACIOSO, Luciana de Souza. Teoria da Interpretação: percurso entre a expressão e o conteúdo. *In*: ALMEIDA, Carlos Cândido de; VITTI-RODRIGUES, Mariana (org.). **Estudos pluridisciplinares da informação:** ciência da informação, ética e linguagem. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2025. p. 311-336. DOI: <https://doi.org/10.36311/2025.978-65-5954-635-0.p311-336>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

10

**DESCCLASSIFICAÇÃO E
LINGUÍSTICA DECOLONIAL:
INSTRUMENTOS E
TERRITÓRIOS POSSÍVEIS
CONTRA A COLONIALIDADE
INFORMACIONAL**

*DECLASSIFICATION AND
DECOLONIAL LINGUISTICS:
POSSIBLE TOOLS AND TERRITORIES
AGAINST INFORMATIONAL
COLONIALITY*

Marco Donizete Paulino da SILVA

UFSCar

marco_donizete@yahoo.com.br

<https://orcid.org/0000-0003-1401-7180>

Luciana de Souza GRACIOSO

UFSCar

luciana@ufscar.br

<https://orcid.org/0000-0002-6320-4946>

Resumo: Compreendemos que pensar as disputas linguísticas no contexto de sistemas linguísticos normativos (território amplificado de nossa reivindicação) exige que se considere que tal normatização atende aos interesses relacionados aos grupos de poder que colonizam as teias de interações sociais de maneira ostensiva – colonizar, nesse aspecto, é utilizar a força para impor ao outro sua forma de ver o mundo. Orientando-nos, dessa maneira, pelo objetivo geral de: realizar interação dialógica entre sedimentações teóricas (artigos científicos) sobre os temas problematizados – considerações sobre o conceito de Epistemografia (visando processo desclassificatório) e proposição de um processo classificatório decolonial pela questão da Linguagem Documentária, da Ciência da Informação, considerando comunidades identitárias na ordem LGBTQIAPN+ em suas expressões comunicacionais situadas pelo campo de estudos da Linguística Decolonial. Com o intuito de caracterizar a presente investigação, ela foi considerada de abordagem exploratória, utilizando-se de método orientado por procedimentos hermenêuticos-dialéticos, visando síntese interpretativa que possibilite identificar espaços e instrumentos passíveis de consideração para aplicação dos temas investigados. Constituindo-se em seu final de súmula de considerações gerais sobre percurso investigativo realizado, tendo por fio condutor exemplificações sobre usos e silenciamentos da expressão “todes”, na ordem da Linguagem Neutra.

Palavras-chave: Desclassificação; Epistemografia; Linguagem Documentária; Linguagem Neutra; Decolonização.

Abstract: We understand that thinking about linguistic disputes in the context of normative linguistic systems (amplified territory of our claim) requires us to consider that such standardization serves the interests related to power groups that colonize the webs of social interactions in an ostentatious way. Colonizing, in this respect, is using force to impose on the other their way of seeing the world. In this way, we are guided by the general objective of: conducting a dialogical interaction between theoretical sedimentation (scientific articles) on problematized themes—considerations on the concept of Epistemography (aiming at a declassification process) and proposing a decolonial classification process through the issue of Documentary Language, Information Science, considering the LGBTQIAPN+ identity communities in their communicational expressions situated in the field of Decolonial Linguistics studies. In order to characterize this research, which was considered to have an exploratory approach, using a method guided by hermeneutic-dialectic procedures, an interpretative synthesis was aimed at making it possible to identify spaces and instruments that can be considered for the application of the themes investigated. Its final section is a summary of general considerations about the research conducted, using as a guiding thread examples of the use and silencing of the expression “todes”, in the context of Neutral Language.

Keywords: Declassification; Epistemography; Documentary Language; Neutral Language; Decolonization.

1 INTRODUÇÃO

Neste trabalho, a Linguagem é entendida como um campo de disputas políticas, refletindo, em sua conformação, dinâmicas contemporâneas pelas quais os indivíduos se comunicam, tendendo a absorver formas de interação eficientes do ponto de vista comunitário, mas também, correndo o risco de serem subordinados por padrões normativos, corporativos e sistêmicos, determinados pelo detentor do poder político imanente a cada tempo histórico e social, com variações dialógicas inerentes também às condições éticas proporcionais ao plano democrático – com tendências mais manipuladoras quando operadas por grupos fascistas ou ditatoriais, como movimentos recentes da extrema direita no Brasil (Marzullo, 2023), no período de 2018-2022, posterior ao golpe de 2016.

Aragão (1992) parafraseia dois conceitos de Jurgen Habermas (2016a), inerentes à nossa abordagem, o de:

1) Mundo da Vida, definido como um pano de fundo que interliga as interações cotidianas dos indivíduos como uma força vital que dinamiza o processo comunicacional, ou seja, um:

[...] horizonte não-tematicamente dado, não questionado, em que os participantes de comunicação se movem mutuamente, quando se referem tematicamente a algo no mundo [...], seja este mundo o mundo exterior natural, o mundo exterior social, ou o mundo interior subjetivo. (Aragão, 1992, p. 45)

2) Ação Comunicativa - ou agir comunicativo - (Habermas, 2016a) que é definido como um processo em que: “[...] os participantes da comunicação buscam alcançar entendimento sobre uma situação: sobre seus planos de ação, para coordená-los através de um acordo que é obtido através de definições das situações que admitem consenso [...]” (Aragão, 1992, p. 52).

Esses dois pressupostos são essenciais para formulação da problemática aqui abordada no contexto da Ciência da Informação, assim como de todas as considerações resultantes de nossas ponderações acerca das dinâmicas informacionais na ótica de um mundo objetivo, social e subjetivo

– componentes indissociáveis do mundo da vida, e, portanto, tão diversos quanto complexos em sua constituição.

Nessas condições, vemos a exigência de contextualização do ser humano nessas dimensões do Mundo da Vida e da Ação Comunicativa, ou seja, admitindo-o como um agente central das dinâmicas operacionais do processo de argumentação de pretensões de verdade sobre suas realidades, que se dimensionam em categorias informacionais não-estanques, mas interdependentes, enquanto arcabouços de uma tríade identitária: cidadão, na esfera social (mundo social); indivíduo, na esfera objetiva (mundo objetivo); e, sujeito, na esfera subjetiva (mundo subjetivo). Todas entrelaçadas por uma noção identitária que dá unidade ao ser.

Conceitos adjacentes a essa nossa proposição orbitam em torno de questões que dizem respeito à diversidade cultural derivada de comunidades, também identitárias, que se articulam comunicacionalmente por meio de expressões que não se guiam, necessariamente, por uma lógica normativa padrão (orientada por uma base colonial).

Compreendemos que pensar as disputas linguísticas no contexto de sistemas linguísticos normativos (território amplificado dessa reivindicação) exige que se considere que tal normatização atende aos interesses relacionados aos grupos de poder que colonizam as teias de interações sociais de maneira ostensiva – colonizar, nesse aspecto, é utilizar a força para impor ao outro sua forma de ver o mundo, independente das necessidades desse outro, aprisionando-o tanto pelos espaços quanto pelos instrumentos linguísticos.

Habermas (2016b) aborda a noção de colonização pela ótica de um instrumento de burocratização dos sistemas que avançam sobre as interações (mediatização) do mundo da vida, impondo formas de controles burocráticos a ordens comunitárias que possuem ações comunicativas próprias, diversificadas e vitalizantes de seu modo de existência. Nesse sentido, a imposição se daria por um projeto de padronização extrema de formas de vida desviantes que se mantém por meio de lastros identitários, sendo tais lastros ignorados em favor de uma normatização sistêmica hierarquicamente estabelecida.

Nesse sentido, a resistência em manter uma forma própria de comunicação (Jesus, 2012) é considerada uma ação decolonial, movida por um processo de descolonialidade (identificação da lógica colonial que oprime), e posteriormente, um projeto decolonial (planejamento das ações pertinentes para reformulação de uma revisão libertária).

Desse modo, os espaços-territórios e instrumentos focalizados em nossa investigação se delimitam, respectivamente, pelos campos-espacos da Biblioteconomia, Ciência da Informação (CI) e Linguística (já que tratamos da Linguagem), tendo-se por instrumentos os processos de classificação (e seus Sistemas), dimensionados pela ótica de uma Linguagem Documental (ou Linguagem Documentária) (LD) - um conceito interdisciplinar tanto da Ciência da Informação quanto da Linguística, definido, por meio de paráfrase dos autores à Gutiérrez (1998), como: “[...] um dispositivo léxico construído artificialmente e com fins de análise e recuperação de um determinado sistema de informação.” (Almeida, Farias, Matias, 2020, p. 12)

Prosseguindo nessa intermediação, o conceito de LD será considerado por meio de duas noções adjacentes: 1) a de Epistemografia Interativa, que tem por meta a desclassificação dos instrumentos da LD, por García Gutiérrez (2006, 2013); e, 2) a de Linguística Decolonial, que objetiva investigar temas que envolvem o desenvolvimento de críticas pós-coloniais à Linguística, por Severo (2013, 2016, 2017) e Severo e Makoni (2023).

Consideramos que ambas as proposições avançam no sentido por nós advogado, ou seja, de aprofundamento da questão decolonial tanto pelo campo da Ciência da Informação quanto da Linguística, aferindo, como objeto de discussão o conceito de Linguagem Neutra (uso de expressões do domínio comunicativo da comunidade LGBTQIAPN+ (Jesus, 2012) que se desvencilham das abordagens tradicionais (gerativismo, funcionalismo e o estruturalismo) - pensando-se esse tradicional como espaço territorial imposto pelo pensamento dominante, uma gramática situada em domínios generalizados de comunicação social). Esses usos são interpretados como direitos linguísticos dessa comunidade (Pimentel, 2023), entendendo-se as ações coercitivas de cerceamento e tentativas de silenciamento dessas expressões, violações desses direitos.

De forma geral, o conceito de Direitos Linguísticos aborda questões relacionadas à criação, aplicação e análise das normas que protegem as línguas e, especialmente, os direitos de uso delas por parte de indivíduos e grupos falantes, independentemente de serem minoritários ou não, visando propor mecanismos de mediação de conflitos linguísticos surgidos das relações de poder presentes em contextos multilíngues (Abreu, 2020).

Embora não seja objetivo deste estudo avançar na discussão jurídica sobre o assunto, considerou-se relevante consubstanciar o tema enquanto constituinte da relação linguística entre mundo da vida e mundo dos sistemas, inclusive na questão do risco de uma legislação sobre expressões de uso comunicativo (Jesus, 2012) entre agentes identificados por uma ordem de valores comunitários (caso dos indivíduos, cidadãos e sujeitos LGBTQIAPN+) (Pimentel, 2023). Assim, a forma expressiva Linguagem Neutra é defendida como expressão legítima das condições identitárias de uma comunidade linguística em processo de afirmação de suas necessidades objetivas, sociais e subjetivas.

Caracterizamos a presente investigação como de abordagem qualitativa e exploratória, com uso do método hermenêutico-dialético, visando síntese interpretativa que possibilite identificar espaços e instrumentos passíveis de consideração para aplicação dos temas investigados, orientando-se pelo objetivo geral de: realizar interação dialógica entre sedimentações teóricas (artigos científicos) sobre os temas problematizados em torno das LDs – considerações sobre o conceito de Epistemografia (visando processo desclassificatório) e proposição de um processo classificatório decolonial considerando comunidades identitárias na ordem LGBTQIAPN+ em suas expressões comunicacionais (Jesus, 2012; Pimentel, 2023), situadas pelo campo de estudos da Linguística Decolonial.

Exigindo-se, nessas condições, como objetivos específicos: analisar os conceitos de Epistemografia e desclassificação pela ótica de García Gutiérrez (2006); analisar o conceito de Linguística Decolonial pela ótica de Severo (2013, 2016, 2017) e Severo e Makoni (2023); estabelecer relações dialógicas pelas sedimentações teóricas interpretadas nessas duas proposições e as bases interativas da comunidade LGBTQIAPN+ (Jesus, 2012; Pimentel, 2023); sintetizar bases de convergência entre as relações

estabelecidas nesse diálogo; e, apontar possíveis espaços e instrumentos decolonizadores da Ciência da Informação.

Espera-se, por meio dessa discussão, estabelecer caminhos – instrumentos e espaços - que possam auxiliar nos processos de decolonização dos espaços classificatórios da Biblioteconomia e da Ciência da Informação, promovendo a inclusão de comunidades identitárias que diversificam os conteúdos informacionais desses dois campos teóricos-metodológicos. Tais instrumentos e espaços-territórios serão balizados ao final desse texto em uma súmula investigativa de considerações gerais, abordando o percurso argumentativo realizado, e ilustrando nossas percepções por meio de exemplificações sobre usos e silenciamentos da expressão “todes”, na ordem da Linguagem Neutra como esfera decolonial.

2 EPISTEMOGRAFIA E DESCLASSIFICAÇÃO COMO PRINCÍPIOS PARA AS LDS

Inicialmente, convém observar que nem todos os conceitos apresentados por García Gutiérrez (2006, 2013) foram abordados nessa seção, mas apenas aqueles que se tornaram basilares no recorte de nossa abordagem, cabendo, portanto, o reconhecimento de uma prevalente intensificação em detrimento de uma extensividade conceitual, sobretudo pela limitação espacial dessa articulação, o que certamente pode ser amplificado por pesquisas futuras nos âmbitos aqui abarcados.

O termo Epistemografia é definido como: “[...] uma configuração transdisciplinar que tem como objeto a organização horizontal e interativa dos conhecimentos [...]” (García Gutiérrez, 2006, p. 104), resultando, na compreensão do autor, na necessidade de desclassificação do conhecimento ocidental, visando expor a teia de relações de poder que silenciam comunidades inteiras, não pertencentes aos nichos de interesse da classificação normativa, observando-se, em nota (García Gutiérrez, 2013, p. 95), a circunstancialização do conceito como possibilidade de expansão de uma organização plural dos conhecimentos – entendendo-se esse “plural” como uma concepção holística do conhecimento.

Desse modo, a inserção do conceito de Epistemografia questiona o uso do conceito de Epistemologia - no contexto de dois trabalhos aqui considerados (García Gutiérrez, 2006, 2013) -, como um instrumento do poder, colonizador por natureza, uma vez que abrange, administra e condiciona as construções de conhecimento na ótica de um território delimitado pelas condições políticas de um tempo histórico, ou seja, o que não contempla essa ótica hegemônica é excluído do arcabouço autorizado – visando o processo de manutenção/estabilização do espaço epistemológico.

Assim, a noção de centro-periferias é abordada tanto em sentido denotativo (espaços geográficos – norte/sul, centro/periferia, etc...) quanto em sentidos conotativos (espaços simbólicos – categorizados como espaços de inclusão dogmático-cognitiva em contraponto a uma categoria não-dogmática (de excluídos: favelas, marginais, bueiros, esgotos, etc...) que condicionam as estruturas classificatórias como hierarquias dominantes-dominadoras.

A grande crítica, ao longo dos dois textos (García Gutiérrez, 2006, 2013) é o prejuízo que essa exclusão resulta, eliminando a diversidade de vozes (e culturas) do horizonte holístico que o mundo do conhecimento – Mundo da Vida - apresenta. Ainda que uma idealização – uma vez que contemplar a inserção da totalidade de culturas e conhecimentos seja uma circunstância virtual (um objetivo sempre além das realidades concretas) -, essa ideia de inclusão é identificada pelo autor (García Gutiérrez, 2006, 2013) como uma meta eutópica (lugar presente de realização), que, em suas palavras, é contraposta a uma meta utópica (lugar futuro de realização).

Nessa perspectiva, a busca utópica de um processo epistemológico finalizado – um projeto sempre futuro, nunca finalizado, sempre se auto delineando pela ideia de perfeição -, deveria ceder lugar, ou pelo menos compartilhar esse espaço de construção, pela possibilidade de iniciativas, realizações paralelas. Considerando-se que García Gutiérrez (2006, 2013) não sugere a derrubada de todas as classificações, mas sim o questionamento dessas estruturas por meio de “frestas” – o que ele chama de fissuras – em que conhecimentos marginalizados ou ignorados possam ser considerados como participantes estruturais não submissos, mas de igual valor.

Por essa via, a hierarquização classificatória das LDs (verticalização estrutural em que conceitos são submetidos a uma ordem de valor epistêmico) deveria ser revisada em favor de uma horizontalização conceitual em que todos os elementos da estrutura se constituíssem pela possibilidade de presença e não pelo lugar que ocupam tradicionalmente. A disciplina militar é utilizada pelo autor para simbolizar essa subordinação institucionalizada pela tradição, pois, em sua concepção: “A epistemologia militariza a concepção pluralista do mundo. Os conceitos seriam confinados em um quartel, uniformizados, ordenados e submetidos a uma férrea e inquestionável hierarquia.” (García Gutiérrez, 2013, p. 98, tradução nossa)¹.

Se pensarmos a Ciência como um sistema colonizador e colonizado – um sistema ao mesmo tempo social e orgânico - também teremos esse comportamento defensor, aprofundado pela percepção dessa condição sistêmica, representativa tanto para um organismo biológico quanto epistêmico e sociológico, pois:

[...] tanto o mundo biofísico, como o universo do conhecimento, são produtos de Recolonização incessante. Nenhum organismo vivo consegue erradicar as bactérias porque se o fizer, outras viriam a colonizá-lo, e, se desfizesse de todas, ele se transformaria em pós-orgânico, posto que as próprias bactérias são condição e sintoma dos biosistemas. (García Gutiérrez, 2013, p. 96, tradução nossa)

Assim, a visão do autor busca conciliar sua proposta de desclassificar mantendo o que ainda prevalece como exigência – o conteúdo – em detrimento da forma – a estrutura - reconfigurada. Desclassificar, nesse sentido atribuído por Gutiérrez (2013) não despreza os avanços obtidos pela condição colonizadora, hierárquica e normalizadora da Ciência – impossível de ser desfeita, localizada no passado -, mas supõe a possibilidade de reabilitação dessa estrutura pelo reconhecimento – e necessária revelação – de

¹ Esse controle, não é uma exclusividade do espaço militar, diga-se de passagem, mas sua condição de espaço disciplinar se estabelece no cumprimento de um *habitus* corporificado, que sempre é balizado pela condecoração de quem o cumpre ou pela hostilização de quem o questiona – comportamento observado em todo sistema de normas, mas ali radicalizado (um exemplo dessa radicalização, é a pena de morte para casos de motim ou revolta, art. 368 do cap. 05 do Código Penal Militar. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del1001.htm).

suas frestas, dos conteúdos submersos estruturalmente no presente, um mundo compostado, acessível por brechas, espaços intersticiais.

Dois marcos importantes são trazidos no artigo de Gutiérrez (2013), prefixados na condição de: 1) propriedades dicotômicas da produção de conhecimento; e, 2) postulados para o processo desclassificatório.

No que tange à propriedades dicotômicas epistemológicas, elas são sintetizadas em quatro: 1- divisão binária do mundo em pares contrapostos (bem/mal; masculino/feminino; leal/desleal; etc.); 2) oposição desses pares como forças antagônicas inconciliáveis, resultando em disputa de valor ou de submissão a normas; 3) subordinação que ordena pela condição de um juízo de valor a cada combinação, chancelada pelo pensamento (poder) dominante; 4) generalização e exclusão negativa que estabelece primazias e desvantagens nesse ordenamento de classes.

Cabendo, em relação aos três postulados desclassificatórios sugeridos, observá-los como propostas de promoção de uma desconstrução das propriedades mencionadas, utilizando-se do recurso da contradição em uma condição pós-epistemológica, sendo caracterizados pelas necessidades de: 1) Não essencialismos, reconhecimento que a instância de determinado conhecimento tem um regime aberto, podendo ser a apresentada, outra, ou muitas mais além das possibilidades polihierárquicas, ou privilegiadas; 2) Estratégias de contradição em decorrência da diversa pluralidade conceitual, sendo o caráter de “não-ser” também uma possibilidade nessa fluência (não já soberania em “ser”); e, 3) Superposição dissolutiva, que tende a favorecer uma superação do constructo dicotômico: ao invés do “ser ou não ser”, a coadunação harmônica de opostos, “ser e não ser”.

3 PODERES, DISPUTAS E LIBERDADES: LINGUÍSTICA DECOLONIAL NOS ESTUDOS INFORMACIONAIS

Os estudos informacionais são indissociáveis dos estudos da linguagem. Ao longo da trajetória de ensino e pesquisa em Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação, disciplinas e linhas de pesquisas relacionadas a diferentes correntes e movimentos linguísticos são ofereci-

das e estudadas. Mais recentemente, a vinculação indissociável entre a linguagem-informação está ainda mais consistente, em função dos desdobramentos e avanços nos usos de mediadores tecnológicos computacionais, nos processos comunicativos de toda ordem: seja no plano do mundo da vida, ou do mundo dos sistemas.

Frente a esse constructo, cabe a nós, agentes destes campos, acompanhar e constantemente atualizar as agendas de pesquisa e desenvolvimento de produtos e serviços de informação, para que estejam sempre alinhados às múltiplas concepções e estruturas da linguagem, pois a sociedade se informa e se comunica, via linguagem.

De modo muito consistente, linhas de investigação importantes são seguidas no plano da construção das pesquisas em Ciência da Informação, relacionadas à linguagem. Gatto, Martinez e Almeida (2022), por exemplo, sistematizaram, em boa medida, as principais variações sobre as correntes relacionadas a Linguística, que fazem parte, inclusive, das estruturas curriculares de Cursos de Biblioteconomia e Ciência da Informação, no Brasil (o Cognitivismo, Estruturalismo, Funcionalismo, Gerativismo, Linguística Textual, Análise do Discurso, a Semiótica, a Pragmática, dentre outras), vertentes que, até o momento, subsidiam os estudos informacionais em diferentes frentes, seja para fundamentar a construção de instrumentos de representação e recuperação da informação, seja para compreender melhor os fenômenos envolvidos nas ações de mediação, apropriação e uso da informação pela sociedade.

Ao mesmo tempo, temos constatado cada vez mais o quanto que determinados modelos e estruturas desenvolvidas pela área da Ciência da Informação, muitas vezes sustentadas por teorias linguísticas, acabam por desconsiderar elementos que atravessam a própria linguagem e sua construção social, interseccional e intercultural, reconhecendo, entretanto, como grato contraponto, um conjunto de autores e autoras que se dedicam a problematizar os limites das compreensões assumidas pelo campo em relação à informação e à linguagem, considerando o impacto desta limitação, principalmente em relação à Organização do conhecimento, como por exemplo, Pinho e Milani (2020), que enfatizam a importância dessas abordagens pelas contribuições da Linguística, Terminologia e

Teoria Crítica, pelas quais se reforça a ausência de neutralidade na organização do conhecimento.

Neste cenário é que consideramos oportuno trazer, aos estudos informacionais, mais uma perspectiva de aproximação dos estudos da linguagem: o da Linguística Decolonial. Sobretudo para que seja possível ao campo informacional considerar, em suas matrizes linguísticas, os fenômenos extralinguísticos (históricos, sociais, econômicos, coloniais, dentre outros) que, por vezes, são determinantes para a constituição da própria linguagem. Conforme observado por Ocampo González (2023, p. 1, tradução nossa): “[...] as ciências da linguagem através da crítica pós-colonial tornam-se um território problematizador, cuja tarefa busca interrogar os conceitos por meio dos quais são montados seus principais objetos de conhecimento.”

A pergunta necessária a ser feita, diante desta proposta, seria então: Por que precisamos de uma Linguística Decolonial na Ciência da Informação? Na tentativa de esboçar uma pretensa resposta, trazemos as vozes de alguns autores decoloniais para reforçarmos os argumentos em defesa daquilo que estamos propondo neste texto, e que diz respeito à necessidade de aproximação da Linguística Decolonial na composição dos estudos da linguagem em Ciência da Informação.

Mignolo (2008) nos alerta sobre a urgência em abriremos espaços, nos nossos discursos, para outras gramáticas, outras formas de pensar a relação linguagem e mundo, asseverando que, caso contrário: “[...] permaneceremos no domínio da oposição interna aos conceitos modernos e eurocentrados, enraizados nas categorias de conceitos gregos e latinos e nas experiências e subjetividades formadas dessas bases, tanto teológicas quanto seculares.” (Mignolo, 2008, p. 288).

Nesta mesma via, a filósofa boliviana, Silvia Cusiaquianqui (Utopía ch’ixi, 2018), nos conclama a pensarmos o quanto precisamos recuperar a potência metafórica da linguagem para repensarmos a realidade, tomando cuidado com os dicionários, que se propuseram a expurgar toda a potência de pensamento conceitual das línguas nativas.

Baseados nessas prerrogativas, defendemos a responsabilidade do campo informacional em considerar, como parte de suas relações indissociáveis com a linguagem, a necessidade de um estreitamento teórico, metodológico e político, com a Linguística Decolonial, pois, tal como indica Rocha e Megale (2023, p. 3):

O reconhecimento do caráter multimodal e multissemiótico do processo comunicativo, bem como da intrínseca relação entre língua nomeada, linguagem e poder, possibilitou a emergência de perspectivas voltadas para a prática e ressaltou o caráter dinâmico, processual, semiótico, culturalmente híbrido e axiologicamente marcado das práticas linguísticas.

Para dar continuidade a esta proposta, nos apoiaremos, de modo mais direcionado, aos estudos desenvolvidos pela pesquisadora Cristine Gorski Severo, que tem por pauta temática o desenvolvimento de críticas pós-coloniais à Linguística. Nessa perspectiva, a colonialidade é marcada por um modelo epistemológico descritivo/explicativo, apagando percursos de singularidades histórica e localmente demarcadas (Severo, 2017), complementando-se, ainda, que o contexto europeu foi considerado como quase único fundamento da história geral da Linguística, na qual se evidenciam as línguas greco-latinas e europeias.

Desse modo, a imposição linguística se torna instrumento de poder e controle de pessoas, corpos e espíritos, durante a empreitada colonial também da língua. Ao se modelar a fala, modela-se também o pensamento e a ação. Segundo Severo (2017), as línguas originárias de países colonizados foram “discursivizadas” de modo que outras relações com a linguagem foram propositadamente construídas pela imposição de outros vocabulários, outras estruturas gramaticais, de modo que mecanismos linguísticos - especialmente utilizados para configuração de dicotomias -, foram utilizados para promoverem relações sociais hierárquicas, diferenciações descontextualizadas de corpos e gêneros, produzindo noções sobre as relações de poder.

Nesta perspectiva, o “Novo Mundo” deveria falar uma “Nova Língua”, inferiorizando, submetendo, dominando os espaços e agentes existentes, resultando, paradoxalmente, que essa nova maneira de falar derivasse no ato de silenciar falantes discordantes. E essa discursivização au-

toritária, construída politicamente como um recurso de domesticação de pessoas e territórios, favoreceu que as trajetórias e experiências dos povos nativos e culturas originárias existentes se tornassem: “[...] alvo de práticas colonizadoras e modernizadoras, como a cristianização, a folclorização, a cientificização e a escolarização, cada qual com sua especificidade.” (Severo, 2016, p. 12).

Indo além dessas críticas de relações de poder entre nações, via linguagem, observamos o risco de extrapolação desses contextos históricos colonizados, reforçando-se, nos dias atuais, por diferentes eventos, dentre eles, o hiper capitalismo e os grupos de prestígio criados a partir dele.

Severo (2013) analisou a dimensão da “Política Linguística” por uma base foucaultiana, em que a relação entre a(s) Política(s) Linguística(s) e as questões de poder, em sua dinâmica:

[...] não é uma variável exterior ao funcionamento das línguas, mas seu próprio motor de constituição e circulação. A compreensão das sutilezas desta dinâmica possibilita tanto uma ampliação dos campos de intervenção da política e planejamento linguísticos, como um olhar crítico sobre certas aplicações e conceitos que, no final das contas, visam a reproduzir o status quo ou uma certa política autoritária e legitimadora de grupos de prestígio. (Severo, 2013, p. 470).

A noção de Direitos Linguísticos, apresentada na introdução deste trabalho pela perspectiva de Abreu (2020), converge para um plano de reflexão mais global, em itinerário recente da autora (Severo, Makoni, 2023), em que é sinalizada a relevância de que as línguas locais, originárias, comuns, sejam constantemente valorizadas, repercutindo, dessa condição de valorização, o enriquecimento holístico por meio da contribuição de uma constituição diversa, encaminhando-nos para a construção de um “comum global”, em que povos não sejam injustiçados e excluídos, assumindo-se uma perspectiva linguística de integração decolonial, com todas as línguas tendo igual valor, devendo, portanto, serem reconhecidas tanto em seus contextos quanto em seus usos.

Assim, Severo e Makoni (2023) defendem que a construção do diálogo intercultural é o caminho necessário, em todas as áreas, para que um pleno e justo desenvolvimento social seja possível, o que, a nosso ver, dialoga incontestavelmente com as premissas de García Gutiérrez (2006, 2013) acerca das pretensões da Epistemografia e da Desclassificação, apresentadas na seção anterior.

4 ESPAÇOS E FERRAMENTAS PARA DESENVOLVIMENTO DEMOCRÁTICO: CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO COMO CAMPO COLETOR

A base desse subtópico será a revisão que Carlos Alberto Ávila Araújo (2023) realizou por meio de seu trabalho *Um Mapa da Ciência da Informação: História, Subáreas e Paradigmas*, no qual se evidencia o processo de construção do campo da Ciência da Informação, prevalecendo, em nossa abordagem e recorte, a consideração sobre temas e conceitos tidos como relevantes nos aportes teóricos trazidos até agora.

Primeiramente, parece-nos relevante, como base de articulação, mencionar os quatro fatores principais pelos quais Araújo (2023) aborda a historiografia de desenvolvimento da Ciência da Informação, na perspectiva de um campo originado da expansão conceitual e factual da Biblioteconomia, em condições de períodos de avanço: 1) pós-custodial (século XV-XX); 2) especializado (1909); 3) da informação científica (1930-1950); e, 4) de tecnologias de informação [e comunicação] (ainda em desenvolvimento pelo incremento constante dessas tecnologias).

Depois disso, Araújo (2023) fundamenta sua revisão pela divisão desse processo em três blocos temporais (foco dessa nossa seção): 1) origem e consolidação; 2) virada cognitiva; e, 3) virada sociocultural.

Cabendo ao período de origem e consolidação do campo (1960-1970) o reconhecimento de três ideias centrais:

[...] de que a problemática informacional é essencialmente uma questão de transporte, transferência de dados; de que a dinâmica mais importante é a busca de informação e sua “entrega” aos sujeitos; e de que os documentos circulam em sistemas (sistemas de

informação) os quais podem ser mapeados em termos de funções e papéis dentro da sua própria lógica de funcionamento. (Araújo, 2023, p. 53)².

A chamada Virada Cognitiva (1980-1990), que se caracterizou por uma dinâmica orientada por outras três ideias:

[...] o conhecimento humano é cumulativo, se dá pela entrada e processamento de novos dados; de que os sujeitos devem ser estudados em sua dimensão mentalista, isto é, como produtores e consumidores de dados, interagindo com sistemas de informação; e de que os sujeitos podem ser estudados individualmente, em seus processos de sentir falta, buscar e usar informação, para que sistemas sejam desenhados conforme suas necessidades. (Araújo, 2023, p. 56)

Questões advindas do período de origem resultaram nas subdivisões em campos de estudo da informação que impactaram o período de Virada Cognitiva evoluindo, posteriormente, no período de Virada Sociocultural (limiar do século XXI- ainda em processo) - demarcada, historicamente, pela reflexão de superação tanto do modelo físico quanto cognitivo. Em razão dessa convergência, e pelo nosso interesse de síntese, a análise dessas subdivisões serão conjugadas, e se darão pela consideração dos campos de estudos em: representação da informação, estudos de usuários da informação; e dimensão política da informação (democratização).

Na busca de sistematização, a evolução desses subcampos é apresentada em um quadro interpretativo (Quadro 1), visando análise comparativa pelas alíneas a, b e c (apresentadas na sequência), por meio da contraposição do estado dos subcampos de um período para o outro, considerando-se nossos imperativos investigativos, já citados.

² Resultantes pelas Teorias classicamente reconhecidas pelo campo: Teoria Matemática da Comunicação, de Shannon e Weaver; e a Teoria Sistêmica.

Quadro 1: Contraposição de evolução de subcampos, interpretado de Araújo (2023).

Subcampo	Virada Cognitiva	Virada Sociocultural
Representação da informação	- Avanço dos estudos em linguagens de representação, sistemas de informação, e seus usuários	- Enfoque em tecnologias digitais; - Consideração de novos padrões de codificação, controle de vocabulário e ontologias; - Consideração de possibilidades de inovação nos termos de descrição, classificação e organização da informação (organização colaborativa, classificação facetada, etc.).
Usuários da informação	- Consideração do comportamento de busca informacional pelo usuário	- Ampliação de consideração do nível individual para critérios de relevância de comportamento coletivo
Dimensão política da informação (democratização)	- Inferência de uma responsabilidade social no desenvolvimento nacional; - Critérios de parametrização internacional, resultando hierarquização entre nações	- Abordagem do conceito de sociedade em rede a partir de uma economia de aprendizagem, ou pela noção de capitalismo cognitivo - Estudos sobre cadeias de produção e análise de circulação, no contexto informacional

Fonte: baseado em Araújo (2023).

A) SUBCAMPO DE ESTUDOS DE REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO (QUADRO 1).

Desse avanço foi exigido, em um primeiro momento, que tarefas de organização, classificação, indexação de informação, considerassem: “[...] não apenas o escopo dos documentos concretos existentes, das fontes informacionais disponíveis, mas também o âmbito dos conhecimentos existentes nos campos aos quais pertencem essas fontes.” (Araújo, 2023, p. 55), ou seja, os contextos e estruturas sócio epistemológicas seriam bases de orientação para as práticas de classificação documental, citando-se como instrumentos dessa abordagem: os tesouros e o sistema de Classificação Facetada³.

³ Tanto o tesouro quanto a Classificação Facetada são instrumentos das LDs em que a explicitação do contexto, ou dos universos de conhecimento, são relevantes para inserção/compreensão dos termos e conceitos que os constituem enquanto conteúdo terminológico que representa um documento (item informacional) a ser recuperado. Um usuário de um sistema de informação, ao buscar um tema, visando recuperação de um item informacional, recorre ao termo ou conceito que representa o conteúdo temático deste item.

O que derivou no momento seguinte - pelo desenvolvimento de tecnologias digitais, padrões (normatização) tanto das estruturas quanto das formas de coleta/tratamento dos conteúdos -, questionamentos sobre se os sistemas de organização do conhecimento contemplavam princípios de hierarquia e níveis de representação da realidade social e comunitária que pretendiam atender.

Um instrumento relevante desse questionamento, em relação à nossa proposta, é o das folksonomias (ou indexação social) no contexto da *web* – uma forma de indexação “livre” da informação (etiquetagem/*tags*), constituindo-se como tentativa de inclusão do agente/usuário como protagonista do processo indexador -, definindo-se pela dinâmica em que: “[...] os próprios usuários fazem a descrição de um mesmo recurso, resultando numa descrição intersubjetiva, realizada por meio de contratos semânticos.” (Araújo, 2023, p. 59).

Também se destaca, no segundo momento, com a mesma disposição da folksonomias -, a tendência na construção de sistemas de classificação que considerem as características de comunidades interpretantes – proposição da linha de estudos de análise de domínio -, pela noção de comunidades discursivas, perspectiva pela qual se busca entender como diferentes grupos [comunidades] criterizam a organização e representação da informação, o que parece se alinhar com as bases de uma decolonização das estruturas de representação⁴.

B) SUBCAMPO DE ESTUDOS DE USUÁRIOS DA INFORMAÇÃO (QUADRO 1).

Na Virada Cognitiva, a consideração do comportamento de busca pelo usuário tenta prever uma circunstância interna de ausência de um determinado conhecimento pela ação externa da busca de uma informação, o que parece, a nosso ver, redutível em nível individual e factual – pois, o que se consegue, no máximo, é identificar uma informação faltante, o que não é o mesmo que um conhecimento “incompleto”. Nesse sentido, fazendo

⁴ Noção similar, ou pelo menos baseada metodologicamente, aos estudos de garantia literária, da Biblioteconomia.

interligação com nossa preleção inicial, seria definir o todo por um recorte desse todo, ou seja, o mundo da vida por um dos seus sistemas.

A ampliação desses estudos na Virada Sociocultural supera, nas descrições fornecidas por Araújo (2023), aqui interpretadas, a dicotomia indivíduo/social – a abordagem ecológica do ambiente informacional é uma dessas anuências, outra é a de práticas informacionais que se constituem pela influência mútua entre cultura e indivíduo, refletidas na realidade que os envolvem. Ou seja, considera-se como fundamental a ideia de que os laços sociais e culturais prescrevem a observação de uma ecologia informacional entre agentes e comunidades que possa contribuir na construção dos ambientes epistemológicos eficientes no entorno de uma sócio dinâmica interativa.

As práticas comunicacionais se entrelaçam com as necessidades informacionais destes agentes e grupos.

C) SUBCAMPO DE ESTUDOS DA DIMENSÃO POLÍTICA DA INFORMAÇÃO (QUADRO 1).

Tendo por enfoque essa dimensão política da informação, no primeiro período se dá, pela inferência identificada na revisão de Araújo (2023), a contraposição entre componentes/nações - países ricos/países pobres, desenvolvidos/em desenvolvimento, primeiro mundo/terceiro mundo -, estabelecendo escalas de valor/lugar (hierarquias) que priorizam alguns em detrimento de outros, dando voz aos destacados nesses podiums virtuais estabelecidos – o nível de cognição, aqui, é responsabilizado pelo lugar hierárquico ocupado.

Essa condição é questionada no período de Virada Sociocultural em termos de estrutura e autonomia parcial de seus agentes – com o conceito de rede se estabelecendo como diretriz (por isso a ideia de democratização), destacando-se, ainda, a ideia de um regime informacional.

A epistemologia que García Gutiérrez (2006, 2013) tanto critica se instala, a nosso ver, nessa condição de regime, conformando tanto as “condições de existência” quanto os discursos e enunciações delas resultantes.

As cadeias de produção e circulação funcionam, então, como aspectos normativos ou operacionais condicionantes, sobretudo pela discussão de sua capacidade de imersão e interação dimensionais à vida humana (sociedade, cultura, economia, política, etc...), ou seja, em nossa acepção, o entranhamento/invasão entre componentes do mundo da vida e do mundo dos sistemas se interpõem como temática necessária para a decolonização informacional, pois subjazem como instrumentos de perpetuação do poder dominante.

Sobressaem-se, por fim, na descrição de Araújo (2023), assuntos relacionados à salvaguarda e acesso democráticos: “[...] registros vinculados a processos de construção de identidades [...], inclusão de minorias e populações marginalizadas em contextos multiculturais [...] e dimensões de poder envolvidas com a governança eletrônica [...]” (Araújo, 2023, p. 62), convergindo com as premissas de García Gutiérrez (2006, 2013).

5 ALGUNS APONTAMENTOS PERTINENTES PARA NOSSA DISCUSSÃO

Observa-se, então, que o preceito de direitos linguísticos é reforçado em relação à comunidade por nós objetivada na investigação, ou seja, identificada pela sigla LGBTQIAPN+, entendendo-se que ações coercitivas de cerceamento, ou tentativas de silenciamento de expressões comunicativas dessa categoria, incidem em violações desses direitos - observando-se, o caráter colonizador dessas coerções. Isto porque, ações coloniais se caracterizam, no sentido aqui atribuído, pela sistemática de intervenção no *modus* comunicativo da comunidade LGBTQIAPN+, por não corresponderem ao *status quo* padronizado, imputando a essas categorias fora da “norma” uma inadequação irreal, pois, a realidade dessas comunidades reside na liberdade de se expressarem comunicacionalmente, afirmando, inclusive, por essas expressões, sua existência.

A não binaridade reconhecida, por exemplo, no uso do termo “todas”, é uma adequação surgida de um reconhecimento do ser não binário, que, enquanto cidadão, indivíduo e sujeito, manifesta-se existente pela própria condição de não binário, assim como, reconhecer-se pela binaridade se expressa pelo uso dos termos “todas e todos”, que são usados como

imposição do padrão linguístico normativo, como única via comunicativa no universo colonial.

A Linguagem Neutra, espaço de existência do termo “todes”, é regida, portanto, em nossa interpretação, pelo princípio afirmativo de reconhecimento de igualdade e direito de inclusão dessas comunidades na ordem de um Mundo da Vida e de uma Ação Comunicativa voltada ao entendimento, parametrizando-se essa defesa pelas noções de Epistemografia, desclassificação e Linguística Decolonial, como territórios e instrumentos informacionais passíveis de consideração no projeto de retificação do processo de LD na Ciência da Informação (decolonização informacional).

Retomando García Gutiérrez (2013) para justificar essa consideração, observa-se a demonstração do autor em como a linguagem determina condições de desigualdade por meio das propriedades dicotômicas da epistemologia tradicional, pelo uso de prefixos que “subtraem” o valor positivo atribuído a termos raízes, exemplificando-se: “[...] in-(fiel), des-(leal), não-(ortodoxo), a-(normal), etc.)” (García Gutiérrez, 2013, p. 104, tradução nossa), produzindo “inadequações”, ou desvalorização terminológica.

Nesse sentido, o termo “Todes” como referencial identitário de uma comunidade de falantes LGBTQIAPN+ em uma estrutura normativa patriarcal, em que “Todos” e “Todas” são a regra/norma de comunicação de tratamento social tradicional e convencionalmente estabelecida entre falantes que se substanciam pelo uso da vogal “o” ou “a”, respectivamente para o gênero masculino e feminino, relegam quem não o faz a uma categoria marginal.

A não binaridade não pode ser legislada, sendo uma liberdade derivada de um direito constitucional do ser se reconhecer enquanto indivíduo, cidadão e sujeito – considerando-se, portanto, inconstitucional a tentativa de legislar a quebra desse protocolo - uso da vogal “e” na terminação da raiz do termo “tod_”. Assevera-se: seu uso não constitui crime⁵ ou mesmo contravenção, mas se nota, no entanto, a tentativa de condicionamento

⁵ Percebe-se a intenção de grupos reacionários a movimentos progressistas em legislar em pautas de comportamento relacionados a costumes, sobretudo quando oferecem “riscos” à visão fundamentalista religiosa.

constante pela sedimentação colonial da dicotomia apresentada na vida social e política, reforçando-se e se auto fortalecendo dessa pretensa dinâmica interdependente de propriedades dicotômicas binárias como estandarte de uma ordem patriarcal como se ela fosse uma “lei natural”.

A mesma questão, a partir dos postulados apresentados por García Gutiérrez (2013), pode ser abordada pelo conceito de “superposição dissolutiva” (ser e não ser) que, interessantemente, enquadra o termo “todes” não pela via da exclusão dos termos “todas” e “todos”, podendo ser usado em conjunto (inclusive em uma mesma oração), associando-o a uma margem de direcionamento inclusivo para além dos normativamente aceitos pela terminologia patriarcal.

Todes são aqueles que se deixam conduzir pela identidade múltipla, sem pertencimentos biológicos outorgados pela anatomia, pela gramática corporativa convencional (Jesus, 2012; Pimentel, 2023), ou ainda, pelos preconceitos estabelecidos por uma ordem conservadora reacionária.

Por fim, no tocante aos instrumentos desclassificatórios, considera-se interessante aprofundar o estudo presente pela investigação dos graus de assertividade dos usos de:

- Folksonomia (Indexação Social): se ela considera não só a contribuição das comunidades (e indivíduos) na atribuição de termos sugeridos às listas terminológicas, mas também, a inclusão desses termos nestas listas – ou seja, a folksonomia e indexação social precisam ouvir suas comunidades e deixarem que elas se reconheçam em seus produtos finais; ou,

- Mapas conceituais: por questionamentos de sua estruturação hierárquica que se nutre do valor conceitual atribuído por um sistema normativo em detrimento de sua condição de termo em uso por um direito societário, cabendo, portanto, reconhecer seus sentidos em territórios múltiplos (função da especialidade de seu uso) sem induzir submissão ou ideia de desvalorização do termo.

Para se exemplificar essa observação, voltemos ao termo “todes” considerando apenas sua posição em uma estrutura classificatória. Hierárquica e convencionalmente poderia ser classificado como um conceito alternati-

vo de forma de tratamento em relação aos termos “todas” e “todos” em um mapa sobre estrutura linguística:

Formas padrão de tratamento binário

Todos, Todas.

Forma alternativa de tratamento (não binário)

Todes

Nesta concepção, a nosso ver, sua condição “alternativa” o situa em uma relação de ordem hierárquica de uso (submetido à posição dos termos normatizados). No entanto, conservando-se a garantia de direitos de expressão de identidades, entende-se que identidades não são formas alternativas de existência, mas, sim, formas de afirmação de existência diversa, portanto, exigem respeito igualitário na ordem civil, ainda que não correspondam a um padrão normativo. Sugerindo-se, simplesmente:

Formas de tratamento diversamente inclusivas

Todos, Todas, Todes.

Nesta via, sua condição hierárquica em uma estrutura de mapa conceitual não estaria subjugada a uma função alternativa, mas sim, equitativamente equivalente à localização do termo Todos e Todas, os três termos contemplando um nível de formas de tratamento de igual valor pelo critério de inclusão e diversidade.

6 CONSIDERAÇÕES GERAIS

Retornando aos nossos objetivos, traçados na introdução deste texto, entendemos que a interação dialógica foi alcançada pela interlocução promovida pelo processo de interpretação hermenêutico-dialética entre autores apresentados nas seções sobre Epistemografia/desclassificação e Linguística Decolonial, sobretudo pela intersecção promovida pela seção de revisão do processo de desenvolvimento de Ciência da Informação. Seções, estas, conciliadas como objetivos específicos, cabendo retomar, portanto, algumas considerações gerais sobre essa interação entre componentes teóricos e metodológicos, visando um maior esclarecimento das relações desses es-

paços-territórios potencialmente epistemográficos e seus instrumentos de promoção de uma decolonização informacional.

Concluindo-se que as disputas entre situações de colonização da linguagem pela ordem de sistemas de valores patriarcais – norma sistêmica que busca coagir, silenciar e cooptar formas de expressão da comunidade LGBTQIAPN+ (foco de nosso estudo) - acontecem no âmbito de sistemas autoritários e inconstitucionais, pois tentam obstruir o direito de livre expressão comunicacional entre pessoas de comunidades divergentes da norma-padrão que os grupos conservadores defendem.

Cabendo salientar que a diversidade cultural é entendida como componente produtivo de uma dinâmica social saudável e inclusiva do mundo da vida, pois garante acesso e uso de direitos de existência mútua e potencialmente enriquecedores da teia societária em nível de ação comunicativa comunitária (grupos identitários) e humana, em sua dimensão objetiva (indivíduo), política (cidadão) e subjetiva (sujeito).

Neste sentido, defende-se que expressões da linguagem neutra não devem ser silenciadas por sistemas com ações estratégico-normativas de ordem conservadora ou reacionária, devendo ser, ao contrário, abrigadas pelos sistemas de representação do conhecimento, buscando-se estimular pesquisas de desclassificação de sistemas de linguagem documentária (LDs) de vertentes decoloniais que visem inclusão de terminologias epistemograficamente consolidadas.

REFERÊNCIAS

ABREU, R. N. Direito linguístico: um olhar sobre as suas fontes. *A Cor das Letras*, Feira de Santana, v. 21, n. 1, p. 172-184, jan./abr., 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.13102/cl.v21i1.5230>. Acesso em: 28 set. 2023.

ALMEIDA, C. C.; FARIAS, M. C. Q. da S.; MATIAS, I. L. Linguística documental espanhola no Brasil: diálogos entre García Gutiérrez e Lara. *Encontros Bibli*, Florianópolis, v. 25, p. 1-19, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/1518-2924.2020.e65397>. Acesso em: 10 set. 2023.

ARAGÃO, L. M. de C. *Razão comunicativa e teoria social crítica em Jürgen Habermas*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1992.

- ARAÚJO, E. O. H. Colonialidades epistemológicas: docências eurocêntricas do português em escolas miscigenadas. *Revista Letras Raras*, Campina Grande, v. 12, n. 1, 2023. Disponível em: <https://revistas.editora.ufcg.edu.br/index.php/RLR/article/view/420/406>. Acesso em: 19 out. 2024.
- GARCÍA GUTIÉRREZ, A. Elementos de lingüística en sistemas de información y documentación. *Revista Latina de Comunicación Social*, Madrid, n. 7, 1998. Disponível em: https://idus.us.es/bitstream/handle/11441/17199/file_1.pdf . Acesso em: 19 out. 2024.
- GARCÍA GUTIÉRREZ, A. Cientificamente favelados: uma visão crítica do conhecimento a partir da epistemografia. *TransInformação*, Campinas, v. 18, n. 2, p. 103-112, maio/ago. 2006. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/transinfo/article/view/6330>. Acesso em: 10 set. 2023.
- GARCÍA GUTIÉRREZ, A. La organización del conocimiento desde la perspectiva poscolonial: itinerarios de la paraconsistencia. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 18, n. 4, p. 93-111, out./dez. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-99362013000400007>. Acesso em: 18 set. 2023.
- GATTO, A. C.; MARTINEZ, A. R.; ALMEIDA, C. C. La lingüística en cursos de bibliotecología en brasil: temas, teóricos y cadenas. *Revista EDICIC*, San Jose, v. 2, n. 2, p. 1-24, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.62758/re.v2i2.163>. Acesso em: 28 set. 2023.
- HABERMAS, J. *Teoria do agir comunicativo I: racionalidade da ação e racionalização social*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2016a.
- HABERMAS, J. *Teoria do agir comunicativo II: sobre a crítica da razão funcionalista*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2016b.
- JESUS, J. G. *Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos*. Brasília, DF: O Autor, 2012.
- MARZULLO, L. De Bíblia nas escolas a obrigação de música gospel, evangélicos miram projetos que ferem Estado laico. *O Globo*, Rio de Janeiro, 8 set. 2023. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2023/09/08/de-biblia-nas-escolas-a-obrigacao-de-musica-gospel-evangelicos-miram-projetos-que-ferem-estado-laico.ghtml>. Acesso em: 9 out. 2024.
- MIGNOLO, W. D. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. *Cadernos de Letras da UFF*, Niterói, n. 34, p. 287-324, 2008. Dossiê Literatura, Língua e Identidade. Disponível em: http://professor.ufop.br/sites/default/files/tatiana/files/desobediencia_epistemica_mignolo.pdf. Acesso em: 5 out. 2023.
- OCAMPO GONZÁLEZ, A. Descolonización del lenguaje y de la lingüística en el Sur Global: ontologías relacionales, pluriversalidad y territorios de la diferencia. *Encontros Bibli*, Florianópolis, v. 28, p. 1-31, 2023. Dossiê Especial. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/1518-2924.2023.e92637>. Acesso em: 24 set. 2022.

PIMENTEL, A. S. G. Inclusão social das identidades LGBTQIAPN+. *Amazônica: revista de Psicopedagogia, Psicologia Escolar e Educação*, São Luís, v. 16, n. 2, p. 37-58, jul./dez. 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/amazonica/article/view/12565/8516>. Acesso em: 5 out. 2023.

PINHO, F.; MILANI, S. O. Ética em organização do conhecimento: categorização de termos fronteiriços em relação a gênero e sexualidade. *LOGEION: Filosofia da Informação*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 84-103, mar./ago. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.21728/logcion.2020v6n2.p84-103>. Acesso em: 5 out. 2023.

ROCHA, C. H.; MEGALE, A. H. Translinguagem e seus atravessamentos: da história, dos entendimentos e das possibilidades para decolonizar a educação linguística contemporânea. *DELTA: Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada*, São Paulo, v. 39, n. 2, p. 1-32, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/delta/a/kPFK8kgZyFKQPgZp6hbnZdp>. Acesso em: 5 out. 2023.

SEVERO, C. G. A invenção colonial das línguas da América. *ALFA*, São Paulo, v. 60, n. 1, p. 11-28, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-5794-1604-1>. Acesso em: 5 out. 2023.

SEVERO, C. G. Política (s) linguística (s) e questões de poder. *ALFA*, São Paulo, v. 57, n. 2, p. 451-473, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1981-57942013000200006>. Acesso em: 5 out. 2023.

SEVERO, C. G. Pós-colonialismo e linguística: relação impossível? In: ZOLIN-VESZ, F.(org.). *Linguagens e descolonialidades*: práticas languageiras e produção de (des) colonialidade no mundo contemporâneo. Campinas: Pontes, 2017. p. 39-54.

SEVERO, C. G.; MAKONI, S. Língua e raça no Brasil colonial. *International Journal of the Sociology of Language*, Berlin, v. 2023, n. 282, p. 15-53, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1515/ijsl-2022-0072>. Acesso em: 4 out. 2023.

UTOPIÁ ch'ixi. Entrevista de Silvia Rivera Cusicanqui com condução de Yael Weiss. Produção de Revista de la Universidad de México e TV UNAM. Ciudad de México: Revista de la Universidad de México, 2018. 1 vídeo (30 min). Publicado pelo canal TV UNAM. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pHJkCqe2gAk>. Acesso em: 28 set. 2023.